

## NOTA DE REPÚDIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO À NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nos últimos dias, foi aprovada uma série de alterações na lei que rege as diretrizes básicas para a educação do país em seus mais diversos níveis. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional sancionada no ano de 1997 foi projetada pelo então senador Darcy Ribeiro. Por isto, a famosa Lei 9.394 também é conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

A LDB resultou do processo de democratização do país após os vinte e um anos de ditadura militar. Antes dela, a educação não fazia parte do projeto de Brasil que queria se ter. Pode-se supor que somente depois da LDB, o Brasil deu um passo decisivo em direção ao Estado de Direito. Anísio Teixeira dizia que para alcançar a democracia, era preciso construir a máquina de fazer democracias. A essa máquina, o educador baiano deu o nome de Escola Pública.

O que estava no cerne da ideia da Escola Pública senão o acesso da população aos instrumentos que determinam as formas de dominação e opressão social? Do descobrimento até *O manifesto dos pioneiros da educação*, escrito em 1932, a educação serviu como instrumento de dominação do colonizador sobre o colonizado indígena e africano.

A democracia racial defendida por Gilberto Freyre em *Casa-grande e Senzala* não é um traço que brota da terra para irrigar as relações entre as distintas culturas iniciadas no descobrimento, mas precisa ser um projeto de país a ser alcançado com a intervenção estatal, das iniciativas privadas e desenvolvidas enquanto projetos de cidadania que promovem a organização civil em suas mais variadas facetas. Para isto, faz-se necessário o acesso da população à educação.

No ano em que foi escrito *O Manifesto*, o Brasil era prioritariamente agrário, sendo mais de 90% da população analfabeta. Depois da denúncia a intelectuais e educadores sobre a necessidade de haver uma educação pública, única e laica, Anísio Teixeira encabeçou um projeto que ficou conhecido como *escolanovismo*, ou simplesmente *Escola Nova*.

Da escola básica às instituições de ensino superior; do INEP à Escola Parque, Anísio Teixeira sempre esteve às voltas com a criação de uma Lei que organizasse de modo uniforme o processo educativo brasileiro nas duas pontas do processo, ensino básico e superior, sem

deixar de considerar as peculiaridades culturais de cada região. Contudo, este projeto seria conduzido por Darcy Ribeiro, discípulo de Anísio Teixeira, do projeto abortado pela ditadura militar até a Lei 9.394, parte do projeto de democratização do país.

Uma vez mais vemos os direitos serem aviltados por projetos de emendas constitucionais, a nova legislação da educação brasileira que desobriga os responsáveis e o Estado de oferecer educação para os menores de 6 anos, retira dos currículos o ensino da História da Cultura africana e afro-brasileira. As alterações são muitas! O ensino médio não é obrigado a ensinar filosofia, sociologia, educação física e matérias artísticas. As alterações são inconstitucionais.

Como harmonizar a desresponsabilização do Estado diante do processo educativo da criança, descrito pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente*, e a condição de inimputabilidade por idade defendida pelo sistema jurídico? Como o Estado poderá julgar a criança que transgrida uma Lei ou uma norma, tendo em vista que o Estado não cumpriu com o seu dever?

Retirar dos currículos escolares debates culturais significa o retorno do ensino pautado pela noção de privilégio. A meritocracia é o sistema de opressão moderno que outrora foi conhecido como sistema de privilégios. Os currículos não carregam conhecimentos puros e neutros sobre a realidade como costumam pensar os cientistas, principalmente nós psicólogos. O conhecimento científico carrega consigo preconceitos e discriminações que fazem as verdades ideológicas do opressor prevalecer sobre a do oprimido.

Paulo Freire já dizia no livro *Pedagogia do oprimido*, que a educação libertadora é aquela que liberta o oprimido do desejo de ser opressor. Porém, para que o oprimido deixe de sonhar os sonhos do opressor, faz-se necessário uma educação crítica, reflexiva e em conexão com a realidade cultural do educando.